

RECURSO ESPECIAL Nº 1.782.810 - SP (2018/0314741-9)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
RECORRENTE : UNIMED DE PRES PRUDENTE COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO
ADVOGADO : MARCELO ZUCKER E OUTRO(S) - SP307126
RECORRIDO : ARY DE OLIVEIRA HOFFER
ADVOGADOS : ANDRÉ LOMBARDI CASTILHO E OUTRO(S) - SP256682
DIEGO ROBERTO MONTEIRO RAMPASSO - SP284360
GUSTAVO HENRIQUE SABELA - SP294239

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** CUMPRIMENTO INDIVIDUAL DE SENTENÇA PROFERIDA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. PRAZO QUINQUENAL. CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA Nº 568 DESTA CORTE. ART. 1.022 DO NCPC. VIOLAÇÃO NÃO CONFIGURADA. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO

DECISÃO

Da acurada análise do agravo de instrumento pode-se depreender que o Ministério Público ajuizou ação civil pública contra UNIMED DE PRES PRUDENTE COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (UNIMED) visando à declaração de nulidade de cláusula contratual que permitia aumentos abusivos nas mensalidades.

Na fase de cumprimento de sentença, ARY DE OLIVEIRA HOFFER requereu o pagamento do valor cobrado à maior.

O Juiz de piso homologou o valor apresentado.

Contra essa decisão, UNIMED interpôs agravo de instrumento sustentando, em apertada síntese, a incompetência absoluta do juízo, uma vez que a sentença exequenda foi proferida pelo e. juízo da 1ª Vara Cível de Presidente Prudente, além da ilegitimidade ativa do agravado para propor o cumprimento individual da sentença, já que o contrato de prestação de serviços médicos e hospitalares foi firmado com Aparecida Garrido ME e Laticínios Nova Esperança do Paraná Ltda, e não com o recorrido. Ademais, afirmou que nos meses de maio de 99, maio de 2000 e maio de 2001 não houve aplicação do indexador relativo às mensalidades dos beneficiários com idade superior a 60 anos.

O Tribunal de origem negou provimento ao recurso em acórdão, assim

ementado:

Agravo de Instrumento - Plano de Saúde - Cumprimento individual de sentença, proferida em ação civil pública, intentada pelo Ministério Público, que declarou a nulidade de cláusula que permitia à ré o aumento abusivo das mensalidades e a condenou à repetição do indébito - Inexistência de prevenção do juízo que proferiu a sentença exequenda para o cumprimento individual do julgado — Matéria já decidida pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, em sede de recurso repetitivo - Legitimidade ativa do agravado que exsurge cristalina - Agravante que, ademais, não comprovou sua alegação tendente ao reconhecimento do excesso de execução - Ônus probatório que tocava à executada - Decisão mantida - Agravo desprovido, cassado o efeito suspensivo (e-STJ, fl. 63).

Os embargos de declaração opostos pela UNIMED foram rejeitados (e-STJ, fls. 527/538)

Irresignada, a UNIMED interpôs recurso especial com fulcro no art. 105, III, *a e c*, da CF, sustentando a negativa de vigência dos arts. (1) 206, § 3º, IV, do CC/02 em virtude da incidência da prescrição trienal, nos termos do julgamento do recurso representativo da controvérsia, REsp nº 1.360.969, de relatoria do Ministro Marco Buzzi; (2) do reconhecimento da prescrição para a restituição das mensalidades em razão da idade, vez que a ação civil pública foi ajuizada em 2004 e a parte pretende a restituição de valores desde março de 1999; (3) 1.022, I, do NCPC no que se refere à omissão quanto à aplicabilidade da tese firmada em recursos representativos da controvérsia, sendo devido o reconhecimento da prescrição dos valores anteriores a março de 2001; e, (4) 1.040, II, do NCPC porque não houve a aplicação do precedente firmado no Resp nº 1.360.969.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 548/556).

É o relatório.

DECIDO.

O recurso não merece ser provido

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC .

(1), (2) e (4) Do prazo prescricional

UNIMED sustentou a negativa de vigência do art. 206, § 3º, IV, do CC/02 em virtude da incidência da prescrição trienal, nos termos do julgamento do recurso representativo da controvérsia, REsp nº 1.360.969, de relatoria do Ministro Marco Buzzi. Afirmou a necessidade de reconhecimento da prescrição para a restituição das mensalidades em razão da idade, vez que a ação civil pública foi ajuizada em 2004 e a parte pretende a restituição de valores desde março de 1999.

O Tribunal de origem, no julgamento dos aclaratórios, consignou que a ação civil pública foi ajuizada em 2004, com trânsito em julgado aos 24/9/2012, e que o cumprimento de sentença foi requerido aos 17/3/2016, portanto, dentro do prazo quinquenal.

Com efeito, o entendimento jurisprudencial nesta Corte Especial consolidou-se no sentido da aplicação da prescrição quinquenal tanto para a propositura da Ação Civil Pública quanto para o ajuizamento da execução individual em pedido de cumprimento de sentença proferida em Ação Civil Pública, no âmbito do Direito Privado.

A propósito, confirmam-se os precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. JULGAMENTO MONOCRÁTICO PELO RELATOR. CONFIRMAÇÃO PELO COLEGIADO. ILEGITIMIDADE ATIVA. SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA. PRAZO PRESCRICIONAL. CINCO ANOS. DECISÃO MANTIDA.

1. O entendimento do STJ é de que a confirmação de decisão monocrática de relator pelo órgão colegiado sana eventual violação do art. 557 do CPC/1973. Precedentes.

2. "No âmbito do Direito Privado, é de cinco anos o prazo prescricional para ajuizamento da execução individual em pedido de cumprimento de sentença proferida em Ação Civil Pública" (REsp 1273643/PR, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC/1973, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/02/2013, DJe 04/04/2013).

3. Não cabe ao STJ o exame de suposta ofensa a dispositivos constitucionais, sob pena de usurpação da competência do STF (art. 102, III, da CF).

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 112.794/PR, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, DJe 13/3/2018 - sem destaque no original)

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL DA EXECUÇÃO INDIVIDUAL.

PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA DO PROCESSO DE CONHECIMENTO TRANSITADA EM JULGADO. INAPLICABILIDADE AO PROCESSO DE EXECUÇÃO. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 543-C DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. TESE CONSOLIDADA.

1.- Para os efeitos do art. 543-C do Código de Processo Civil, foi fixada a seguinte tese: "**No âmbito do Direito Privado, é de cinco anos o prazo prescricional para ajuizamento da execução individual em pedido de cumprimento de sentença proferida em Ação Civil Pública**".

2.- No caso concreto, a sentença exequenda transitou em julgado em 3.9.2002 (e-STJ fls. 28) e o pedido de cumprimento de sentença foi protocolado em 30.12.2009 (e-STJ fls. 43/45), quando já transcorrido o prazo de 5 (cinco) anos, estando, portanto, prescrita a pretensão executória.

3.- Recurso Especial provido: a) consolidando-se a tese supra, no regime do art. 543-C do Código de Processo Civil e da Resolução 08/2008 do Superior Tribunal de Justiça; b) no caso concreto, julgando-se prescrita a execução em cumprimento de sentença.

(REsp 1.273.643/PR, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, Segunda Seção, DJe 4/4/2013 - sem destaque no original)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PRESCRIÇÃO. SENTENÇA COLETIVA. CUMPRIMENTO INDIVIDUAL. REPETITIVO.

1. Em sede de recurso repetitivo, firmou-se a tese de que, "**no âmbito do Direito Privado, é de cinco anos o prazo prescricional para ajuizamento da execução individual em pedido de cumprimento de sentença proferida em Ação Civil Pública**" (REsp 1273643/PR, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/02/2013, DJe 04/04/2013).

2. Saliente-se, ainda, que "**não há falar em ofensa à coisa julgada formada no processo de conhecimento, porque a prescrição que ora se reconhece é superveniente à sentença coletiva transitada em julgado, com base na interpretação do direito federal hoje consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça, na linha da qual o prazo para prescrição da ação coletiva é diverso daquele prazo que se aplica às ações individuais**" (REsp 1.283.273/PR, Quarta Turma, Rel. Min. Isabel Gallotti, DJe de 1º/2/2012).

3. Por fim, cabe consignar que a questão da ofensa à coisa julgada formada no processo de execução não foi enfrentada no acórdão recorrido, apesar da oposição dos embargos declaratórios, carecendo, portanto, do indispensável prequestionamento (Súmula 211/STJ).

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.101.521/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE

SALOMÃO, Quarta Turma, DJe 6/11/2017)

Ademais, não obstante os REsp nº 1.360.969/RS e 1.361.182/RS, de relatoria do Ministro Marco Aurélio Bellize, terem sido julgados sob o rito dos recursos repetitivos e consagrado o entendimento quanto ao prazo prescricional trienal (art. 206, § 3º, V, do CC/02) para os casos que versarem sob a validade da cláusula de reajuste de mensalidade segundo a alteração de faixa etária do usuário, o referido precedente somente pode ser aplicado para os casos de demandas individuais.

Esta Corte já ressaltou que nas demandas coletivas o prazo prescricional é o quinquenal porque, na falta de dispositivo legal específico deve-se aplicar, por analogia, o prazo definido em outra legislação integrante do microssistema de proteção dos interesses transindividuais, afastando-se os prazos do código civil.

Confira-se o seguinte precedente:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA DECORRENTE DE DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. POUPANÇA. COBRANÇA DOS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PLANOS BRESSER E VERÃO. PRAZO PRESCRICIONAL QUINQUENAL.

1. A Ação Civil Pública e a Ação Popular compõem um microssistema de tutela dos direitos difusos, por isso que, não havendo previsão de prazo prescricional para a propositura da Ação Civil Pública, recomenda-se a aplicação, por analogia, do prazo quinquenal previsto no art. 21 da Lei n. 4.717/65.

2. Embora o direito subjetivo objeto da presente ação civil pública se identifique com aquele contido em inúmeras ações individuais que discutem a cobrança de expurgos inflacionários referentes aos Planos Bresser e Verão, são, na verdade, ações independentes, não implicando a extinção da ação civil pública, que busca a concretização de um direito subjetivo coletivizado, a extinção das demais pretensões individuais com origem comum, as quais não possuem os mesmos prazos de prescrição.

3. Em outro ângulo, considerando-se que as pretensões coletivas sequer existiam à época dos fatos, pois em 1987 e 1989 não havia a possibilidade de ajuizamento da ação civil pública decorrente de direitos individuais homogêneos, tutela coletiva consagrada com o advento, em 1990, do CDC, incabível atribuir às ações civis públicas o prazo prescricional vintenário previsto no art. 177 do CC/16.

4. Ainda que o art. 7º do CDC preveja a abertura do microssistema para outras normas que dispõem sobre a defesa dos direitos dos consumidores, a regra existente fora do sistema, que tem caráter meramente geral e vai de encontro ao regido especificamente na legislação consumerista, não afasta o prazo prescricional estabelecido no art. 27 do CDC.

5. Recurso especial a que se nega provimento.

(REsp nº 1.070.896/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe 4/8/2010 - grifou-se)

Esse também foi o entendimento adotado pela Terceira Turma no julgamento do Resp nº 1.473.846/SP, de relatoria do Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, destaca-se:

*No entanto, a pretensão sob exame ostenta **natureza coletiva**, isto é, trata-se de ação civil pública. Desse modo, o prazo prescricional é de 5 (cinco) anos.*

Com efeito, o entendimento jurisprudencial consolidado nesta Corte Superior é o de que, na falta de dispositivo legal específico para a ação civil pública, aplica-se, por analogia, o prazo de prescrição da ação popular, que é o quinquenal (art. 21 da Lei nº 4.717/1965), adotando-se também tal lapso na respectiva execução, a teor da Súmula nº 150/STF.

Isso porque a lacuna da Lei nº 7.347/1985 seria melhor suprida com a aplicação de outra legislação também integrante do microsistema de proteção dos interesses transindividuais, como os coletivos e difusos, a afastar os prazos do Código Civil, mesmo na tutela de direitos individuais homogêneos.

Segue a ementa do referido precedente:

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PLANO DE SAÚDE. CIRURGIA DE CATARATA. FALTA DE COBERTURA DE LENTES INTRAOCULARES. CONTRATOS ANTIGOS E NÃO ADAPTADOS. ABUSIVIDADE. DANO MORAL COLETIVO. NÃO OCORRÊNCIA. CONDUTA RAZOÁVEL. ENTENDIMENTO JURÍDICO DA ÉPOCA DA CONTRATAÇÃO. TECNOLOGIA MÉDICA E TÉCNICAS DE INTERPRETAÇÃO DE NORMAS. EVOLUÇÃO. OMISSÃO DA ANS. NÃO CONFIGURAÇÃO. PRETENSÃO DE REEMBOLSO DOS USUÁRIOS. PRESCRIÇÃO. DEMANDA COLETIVA. PRAZO QUINQUENAL. RESSARCIMENTO AO SUS. AFASTAMENTO. OBSERVÂNCIA DE DIRETRIZES GOVERNAMENTAIS.

1. Cinge-se a controvérsia a saber se o reconhecimento, em ação civil pública, da abusividade de cláusula de plano de saúde que afastava a cobertura de próteses (lentes intraoculares) ligadas à cirurgia de catarata (facectomia) em contratos anteriores à edição da Lei nº 9.656/1998 enseja também a condenação por dano moral coletivo.

2. O dano moral coletivo, compreendido como o resultado de uma lesão à esfera extrapatrimonial de determinada comunidade, se dá quando a conduta agride, de modo totalmente injusto e intolerável,

o ordenamento jurídico e os valores éticos fundamentais da sociedade em si considerada, a provocar repulsa e indignação na consciência coletiva (arts. 1º da Lei nº 7.347/1985, 6º, VI, do CDC e 944 do CC, bem como Enunciado nº 456 da V Jornada de Direito Civil).

3. Não basta a mera infringência à lei ou ao contrato para a caracterização do dano moral coletivo. É essencial que o ato antijurídico praticado atinja alto grau de reprovabilidade e transborde os lindes do individualismo, afetando, por sua gravidade e repercussão, o círculo primordial de valores sociais. Com efeito, para não haver o seu desvirtuamento, a banalização deve ser evitada.

4. Na hipótese dos autos, até o início de 2008 havia dúvida jurídica razoável quanto à abusividade da negativa de cobertura das próteses ligadas à facectomia nos contratos de assistência à saúde anteriores à edição da Lei nº 9.656/1998, somente superada com a revisão de entendimento da ANS sobre o tema, de forma que a operadora, ao ter optado pela restrição contratual, não incorreu em nenhuma prática socialmente execrável; tampouco foi atingida, de modo injustificável, a esfera moral da comunidade. Descaracterização, portanto, do dano moral coletivo: não houve intenção deliberada da demandada em violar o ordenamento jurídico com vistas a obter lucros predatórios em detrimento dos interesses transindividuais dos usuários de plano de saúde.

5. Não há necessidade de condenação da ANS à obrigação de fazer consistente na elaboração de um plano de ação que garanta efetividade ao julgado. Após 15/2/2008 (177ª Reunião da Diretoria Colegiada), nenhuma operadora de plano de saúde pode mais recusar, para os contratos anteriores à edição da Lei nº 9.656/1998, a cobertura de próteses (lentes intraoculares) ligadas à cirurgia de catarata (facectomia). Logo, as operadoras já terão que se adaptar à novel determinação da agência reguladora, podendo o próprio usuário exercer o controle subsidiariamente.

*6. Na falta de dispositivo legal específico para a ação civil pública, aplica-se, por analogia, o prazo de prescrição da ação popular, que é o quinquenal (art. 21 da Lei nº 4.717/1965), adotando-se também tal lapso na respectiva execução, a teor da Súmula nº 150/STF. **A lacuna da Lei nº 7.347/1985 é melhor suprida com a aplicação de outra legislação também integrante do microssistema de proteção dos interesses transindividuais, como os coletivos e difusos, a afastar os prazos do Código Civil, mesmo na tutela de direitos individuais homogêneos (pretensão de reembolso dos usuários de plano de saúde que foram obrigados a custear lentes intraoculares para a realização de cirurgias de catarata). Precedentes.***

7. Não há falar em ressarcimento ao SUS (art. 32 da Lei nº 9.656/1998) quanto aos custos de implante das lentes intraoculares de usuários que procuraram a Saúde Pública para realizar a cirurgia de catarata, visto que as operadoras de plano de saúde não

podem ser sancionadas por seguirem diretrizes da própria Administração. Somente após a revisão de entendimento da ANS a respeito da legalidade da cláusula que afastava a cobertura de próteses ligadas à facectomia em contratos anteriores à edição da Lei nº 9.656/1998 é que poderá ser cobrado da operadora o reembolso pelas despesas feitas a esse título no SUS, e segundo normas expedidas pelo próprio ente governamental regulador.

8. Recurso especial não provido

Assim, conforme demonstrado, o acórdão recorrido encontra-se em consonância com a jurisprudência do STJ no que se refere ao prazo prescricional para ajuizamento da ação civil pública e para o cumprimento individual da sentença, devendo ser mantido incólume neste ponto.

Incide o óbice da Súmula nº 568 do STJ.

(3) Da omissão

UNIMED afirmou, ainda, a negativa de vigência do art. 1.022, I, do NCPC no que se refere à omissão quanto à aplicabilidade da tese firmada em recursos representativos da controvérsia, sendo devido o reconhecimento da prescrição dos valores anteriores a março de 2001.

Contudo, sem razão.

Não obstante a rejeição dos aclaratórios, o Tribunal de origem consignou os fundamentos pelos quais o prazo quinquenal deveria ser mantido (e-STJ, fls. 527/538).

Assim, inexistem os vícios elencados no art. 1.022 do NCPC, sendo forçoso reconhecer que a pretensão recursal ostentava caráter nitidamente infringente, visando rediscutir matéria que já havia sido analisada pela Corte local.

A jurisprudência desta Casa é pacífica ao proclamar que, se os fundamentos adotados bastam para justificar o concluído na decisão, o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos utilizados pela parte. Precedente: AgRg no AREsp 529.018/MS, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, Terceira Turma, DJe 1º/9/2014.

Afasta-se, portanto, a alegada violação.

Nessas condições, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso especial.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator

